



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



INTERNATIONAL
COUNCIL FOR OPEN AND
DISTANCE EDUCATION

Módulo 3: Necessidades de reforço das políticas públicas

Versão introdutória destinada aos decisores de estratégias para os recursos educativos gratuitos e a educação aberta

Conteúdo proposto pela Université Numérique. Este módulo faz parte de uma coleção de cursos sobre «Recursos Educacionais Abertos, direitos de autor, copyright e licenças abertas num mundo digital»

**Autores: Jacques Dang, AUNEGe & Université Numérique (França)
Tradução e adaptação Universidade Aberta (2025)**

—
—
— Síntese do módulo

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

—
—
— O desconhecimento do contexto jurídico como obstáculo ao desenvolvimento da utilização dos REA

—
—
— As políticas públicas no ecossistema dos REA

—
—
— Para uma abordagem interministerial inclusiva das estratégias nacionais de REA

—
— Créditos

Síntese do módulo

Analisar os REA como parte de um ecossistema onde se entrelaçam várias políticas públicas de diferentes ministérios, com diferentes missões. Entre estas incluem-se a educação e formação, a profissionalização e melhoria das competências da população ativa, a proteção da propriedade intelectual e dos direitos de autor, e as infraestruturas.



O desconhecimento do contexto jurídico como obstáculo ao desenvolvimento da utilização dos REA

Esta é uma necessidade frequentemente mencionada, tanto pelos autores dos REA, como pelas instituições de ensino superior que utilizam os REA no ensino híbrido ou a distância:

- Necessidade expressa durante as consultas regionais organizadas pelo gabinete multisectorial da UNESCO em Dakar e nas consultas regionais em quatro países do Sahel (Burkina-Faso, Mali, Nigéria e Senegal) com vista ao desenvolvimento de estratégias nacionais para os REA.
- Uma necessidade expressa pelos países parceiros do Projeto de Recursos Educacionais, pilotado pela UNESCO, pelo Institut Français e pela Agência Francesa de Desenvolvimento, nos Encontros Africanos sobre os Recursos Educacionais organizados em junho de 2022, que reuniram peritos e delegações dos Ministérios da Educação e da Cultura de dezasseis países.
- Necessidade expressa pelas instituições membros do Conselho Internacional para o Ensino Aberto e à Distância

(ICDE) e da Open Education Global (OEG).

- Necessidade expressa em diversas conferências, tais como a OEB (antiga Online Educa Berlin) ou o Festival de Outono do Digital (Université Numérique).

No caso de algumas jovens universidades virtuais, adquirir os direitos de transformação em REA dos recursos educacionais digitais disponíveis na plataforma de ensino tornou-se um objetivo estratégico prioritário, ao passo que no lançamento destas universidades, a tônica foi colocada na disponibilidade efetiva dos recursos digitais para professores e alunos, e não na sua abertura através de licenças abertas.

Para saber mais:

Encontros Africanos sobre os Recursos Educacionais:

<https://www.ressources-educatives.org/les-rencontres-africaines-pour-les-ressources-educatives>

As políticas públicas no ecossistema dos REA

Atualmente, os REA fazem parte de um ecossistema em que se entrelaçam várias políticas públicas de diferentes ministérios e com diferentes missões. Entre elas contam-se:

- A educação e a formação: ministério da educação ; do ensino superior ; da formação profissional; sem esquecer os ministérios responsáveis pelos estabelecimentos de ensino especializados.
- A profissionalização e a melhoria das competências da população ativa: ministérios do ensino superior, da formação profissional, do trabalho, da economia, etc.
- A proteção da propriedade intelectual e dos direitos de autor: Ministérios da Educação, do Ensino Superior, da Cultura, da Economia, da Justiça, dos Negócios Estrangeiros (através da representação junto das agências das Nações Unidas sediadas em Genebra, de outras organizações intergovernamentais como a OMC, a OAPI ou a OHADA, ou de organizações não governamentais, como a rede de telecomunicações WACREN).

- As infraestruturas digitais e as telecomunicações, essenciais para o acesso às bibliotecas nacionais e internacionais de REA: ministérios da economia, da economia digital, da indústria, das telecomunicações, etc.

Para além destas missões clássicas, existem outras que se apoiam nas infraestruturas implementadas para uma das missões acima referidas. É o caso dos Espaces Numériques Ouverts (ENO – Espaços Digitais Abertos) criados em vários países para proporcionar centros onde os estudantes se podem encontrar e aceder a REA e a cursos de formação à distância. Espera-se que, nalguns países, estes centros sirvam de apoio às políticas públicas:

- Na área da saúde, oferecendo rastreios de primeiro nível fora das estruturas hospitalares, por exemplo para a diabetes, a obesidade e certas infeções transmissíveis.
- Na redução da fratura territorial e na promoção do desenvolvimento económico local, contribuindo para manter os estudantes no seu local de residência, o mais próximo possível da sua família, evitando assim a concentração de uma parte desproporcionada da população numa ou duas metrópoles situadas a mais de dez horas de viagem do local de residência da família, com os custos individuais e sociais que isso acarreta.
- Na difusão da cultura através do acesso às coleções de um museu virtual de artes nacionais.

Para uma abordagem interministerial inclusiva das estratégias nacionais de REA

Nos primeiros tempos da implementação das chamadas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) ou das Novas Tecnologias Educativas (NET) ou, mais simplesmente, do e-Learning, foi necessário muito tempo e energia para convencer os diferentes intervenientes, sem os quais os projetos de implementação nem sempre teriam êxito: professores especializados em pedagogia, especialistas em ciências da educação, técnicos audiovisuais, gestores de informática e de telecomunicações, bibliotecários, engenheiros de formação, engenheiros pedagógicos, diretores de programas, diretores dos estabelecimentos de ensino, órgãos de supervisão dos estabelecimentos de ensino, antigos alunos, representantes do mundo empresarial, etc.

Atualmente, é necessária uma abordagem transversal semelhante, a nível dos serviços da administração central dos ministérios para a implementação de estratégias nacionais de REA, por várias razões:

- Como acabámos de ver, estes projetos são complexos e multidimensionais, e exigem um planeamento rigoroso e coerente; o seu sucesso e desempenho passam a ser o do “elo mais fraco”.

- O financiamento necessário é substancial e abrange ações e missões muito diferentes: incentivar os professores–investigadores a produzirem REA para inclusão num curso universitário versus implementar um ponto de interconexão multi–operador 'carrier hotel' para reunir o acesso a uma fibra transoceânica ou a uma rede de distribuição de conteúdos. Estes excedem frequentemente o orçamento de um único ministério e só fazem sentido numa abordagem partilhada.
- Como mostra o exemplo dos Espaços Digitais Abertos, pode haver ciclos de *feedback* positivo. É a implantação de uma infraestrutura descentralizada para a educação que permite prever a redução de outras clivagens: nos cuidados de saúde, no desenvolvimento económico ou na difusão da cultura.

Créditos



Dang, J. (2024). *Conceito de REA*. Fundação OER; AUNEGe; Université Numérique. (<https://luniversitenumérique.fr/>). Este trabalho é disponibilizado em conformidade com a legislação que protege os direitos de autor, nos termos da licença Creative Commons Attribution – Share Alike – 4.0 International. (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt>).